Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano I nº 21
30/10 a 5/11/1996
Contribuição R$ 1,00

FHC anuncia

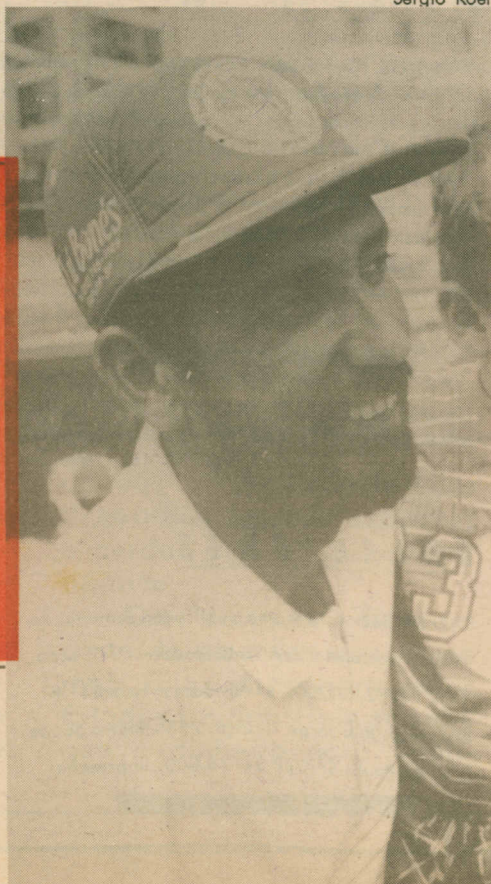
Liquidação TOTAL

Vale do Rio Doce, portos, setor elétrico, telecomunicações, destruição dos serviços públicos e dos direitos sociais. FHC volta com os pacotes e reformas para colocar o país à venda. E ele ainda quer outro mandato.

páginas 5, 6 e 7

Sérgio Koei

José Rainha fala da situação no Pontal do Paranapanema

página 4

Nova derrota eleitoral agrava crise do sandinismo

páginas 10 e 11

CURTAS

Serra Pelada. Na semana passada, a Companhia Vale do Rio Doce conseguiu desbloquear, com a intervenção do Exército e da Polícia Federal, a região do garimpo de Serra Pelada, que estava ocupada por 1.850 famílias desde abril. Os garimpeiros reivindicam o direito de explorarem a maior jazida de ouro descoberta no país. Agora, a Vale fala em investir R$ 250 milhões nessa jazida. O objetivo de toda essa operação é muito simples: aumentar o preço da empresa para a sua privatização.

◆

Arrocho. Apesar da inflação baixa, as perdas salariais não estão sendo repostas em grande parte das "negociações livres" entre patrões e empregados. Segundo levantamento do Dieese, de 137 reajustes de data-base entre os meses de janeiro e setembro, 56 ficaram abaixo da inflação. Para os analistas econômicos e consultores empresariais, a tendência é que acabe de vez no próximo ano o que eles singelamente chamam de "memória inflacionária".

◆

Outro massacre. Os peritos do Ministério da Saúde ainda não conseguiram apurar as causas e nem os responsáveis pela morte de 33 crianças de berçário ocorridas em Boa Vista, Roraima. Deve ser porque os responsáveis estão sendo procurados no lugar errado. Seria mais fácil encontrá-los na Secretaria de Saúde de Roraima, ou mesmo em Brasília, no próprio Ministério da Saúde. Também sugerimos procurar naqueles gabinetes que definem os cortes de verbas e serviços públicos. O inconveniente para os peritos é que nesse caso deveriam incluir o gabinete presidencial.

◆

Meninos na rua. Segundo levantamento feito pelo *SOS Criança*, existem pelo menos 40 mil menores de 18 anos espalhados nas ruas dos principais centros urbanos do país. Cerca de 10 mil deles dormem mesmo nas ruas, 80% vivem com suas famílias. De cada oito menores, cinco pedem esmolas. Em média, conseguem R$ 20 por dia e na maioria dos casos esta acaba sendo a principal fonte de renda das suas famílias, formadas em geral por pais desempregados, subempregados ou doentes.

◆

Negociata. Uma sigilosa e nebulosa operação está sendo montada para reestruturar e salvar o Bamerindus. A operação prevê a venda do controle do banco para grupos nacionais e estrangeiros. Uma das condições para essa operação ir adiante é o afastamento do ex-ministro e dono do banco, Andrade Vieira, da condução do banco. Esse afastamento está sendo negociado pelo próprio Banco Central. Não se sabe ao certo quanto do Proer será requisitado para entrar na dança. Pouca coisa não é, até porque o Bamerindus tem uma dívida de US$ 1 bilhão junto ao redesconto do BC.

◆

Japão. Os grandes capitalistas desse país estão preparando uma "reestruturação geral" da economia. As mudanças prevêem o fim da garantia do emprego vitalício, força a antecipação das aposentadorias, reduz salários e apresenta os famosos planos de demissões voluntárias. O objetivo deles é permitir que o Japão melhore sua competitividade abalada por quatro anos seguidos de recessão. Lá, o desemprego formal é de 3%, a taxa de crescimento foi praticamente zero nestes quatro anos e quem paga o pato nós já sabemos.

O QUE SE VIU

Roberto Stucker Filho

Trator derruba o barraco onde funcionava a coordenação dos garimpeiros de Serra Pelada. Dezenas deles foram presos durante intervenção do Exército e da Polícia Federal para acabar com o bloqueio das operações da Vale do Rio Doce feito desde abril pelos garimpeiros. Eles reivindicam o direito de explorarem a maior jazida de ouro descoberta no país.

O QUE SE DISSE

"Cheguei a encontrar formigas dentro da incubadora onde minha filha estava. Dava medo de ficar naquele lugar sujo, cheio de baratas e formigas e escuro."

Edilmaria de Oliveira Augustinho, que perdeu uma filha de oito dias, vítima de infeção generalizada no Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora do Nazaré em Roraima uma das 33 crianças que morreram nessa verdadeira casa dos horrores. Na *Folha de S.Paulo*, em 28/10/96.

"É um apoio despojado. Nossa preocupação agora é ganhar o segundo turno."

Alfredo Sirkis, presidente estadual do Partido Verde, ao anunciar o apoio do seu partido ao candidato do PFL à prefeitura do Rio de Janeiro, Luis Paulo Conde. Quanto ao despojamento, é bom lembrar que o PV está no atual governo de Cesar Maia, ocupando a Secretaria do Meio-Ambiente, e lá pretende ficar. No jornal *O Globo*, em 26/10/96.

"A experiência demonstra que o segundo turno tem sido um embaraço."

Fernando Henrique, ao falar sobre as eleições no Brasil e a necessidade de uma reforma política. Pelo visto, junto com a manobra da reeleição, outros golpes baixos estão sendo preparados pelo Planalto. No *Jornal do Brasil*, em 26/10/96.

"Eu e o Lula defendemos o apoio ao PSDB. Embora o partido tenha independência em cada município, a tendência é caminharmos juntos, em apoio ao PSDB."

José Dirceu, presidente nacional do PT, não gostou da nota da executiva paulista de seu partido que recomendava aos diretórios municipais do estado não apoiarem o PSDB no segundo turno. No jornal *Folha de S.Paulo* em 14/10/96.

"Quem vai pagar meu táxi, a minha alimentação?"

Régis de Oliveira, deputado federal (PFL-SP) e candidato a vice-prefeito de São Paulo na chapa de Celso Pitta, reclama da proposta de limitar em R$ 10,8 mil os salários dos parlamentares. Será que ele vem de táxi lá de Brasília? Imaginem então onde ele anda comendo. No jornal *Folha de S.Paulo*, em 23/10/96.

PSTU

◆**Nacional:** Tel - 549-9699/575-6093 (SP) ◆ **São Paulo (SP):** Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 -Paraíso- Tel (011) 572-5416 ◆**São Bernardo do Campo (SP):** Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆ **Guarulhos (SP):** Rua Glauce Souza Lima 17 Vila Augusta ◆ **São José dos Campos (SP):** Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (0123) 41-2845 ◆ **Rio Claro (SP):** Av. 1, 1143 Centro - Tel 24-0193 ◆ **Niterói (RJ)** Rua Marques de Caxias 87, centro ◆**Rio de Janeiro (RJ):** Rua da Candelária 87 4º And. Tel (021) 233-7374 ◆ **Florianópolis (SC):** Av. Hercílio Luz, 820 - centro CEP 88020-001 ◆ **Duque de Caxias (RJ):** Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆**Belo Horizonte (MG):** Rua Padre Belchior, 289 Centro Tel: (031) 226-3460 ◆ **Natal (RN):** Av. Rio Branco 815 Centro ◆**São Luís (MA):** Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ **Maceió (AL):** Rua 13 de Maio 87 Poço ◆ **Brasília (DF):** SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - cep 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ **Goiânia (GO):** (062) 229-2546 ◆ **Belém:** Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 225-3042 ◆ **Manaus (AM):** Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 ◆ **Recife (PE):** Rua da Gloria, 472 Tel (081) 231-3800◆ **Fortaleza (CE):** Av. da Universidade 2333 Centro - Tel 221-3972 ◆ **Porto Alegre (RS):** Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ **Passo Fundo (RS):** Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ **São Leopoldo (RS):** Rua São Caetano, 53 ◆ **Terezina (PI):** Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro ◆**Aracajú (SE):** Av. Redro Calazans 491 sala 105

O nosso endereço eletrônico é: **sede.pstu@mandic.com.br**

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000. Impressão: Gráfica Vannucci

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Junia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary, Enio Bucchioni, Carlos Bauer e Edna Araújo

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

DIAGRAMAÇÃO
Inácio Marcondes Neto

EDITORIAL

O balcão de negócios

Está em andamento uma das maiores barganhas da história política do país. Em troca de conseguir os votos necessários para a aprovação da emenda da reeleição, FHC abriu um verdadeiro shopping junto ao Congresso Nacional. Começa com os governadores, que clamam por verbas ou pelo menos renegociação das dívidas dos estados; passa pela disputa do controle da Comissão do Orçamento, pela negociação dos nomes para a Comissão da reeleição e chega até aos salários dos parlamentares.

Para complicar a situação, entrou com força a disputa pela presidência das duas casas (Câmara dos Deputados e Senado), que terão eleições no começo do próximo ano. Só para a Câmara, há seis candidatos, todos de partidos aliados do governo. Aqui também a chantagem é grande. O PMDB, por exemplo, declarou que só vota na reeleição se dirigir a Câmara dos Deputados.

O que está por detrás dessas inúmeras "ameaças" de diversos partidos, parlamentares, frações e setores da classe dominante nada mais é do que a luta pela rapina do Estado nestes tempos de reformas e enxugamento. Governadores, partidos pró-governo, oligarquias etc são unânimes em afirmar que os estados estão falidos, que tem que enxugar a máquina, privatizar, reformar etc. Mas todos eles reclamam de verbas para suas regiões, renegociações, privilégios em privatizações (como é o caso dos governadores onde está a Vale do Rio Doce).

Vai sair muito, mas muito caro para os cofres públicos essa emenda da reeleição. Para FHC, em primeiro lugar, o que virá é a sua estratégia (e a da maioria da classe dominante) de conseguir mais um mandato para aprofundar as suas reformas neoliberais.

Mas o governo não pode e não vai ficar paralisado em torno das negociações da reeleição. FHC precisa acelerar as reformas e o violento processo de privatizações. Até porque o déficit público pode chegar a R$ 6,5 bilhões (3,5% do PIB), para não falar no déficit da balança comercial que chega a ser projetado em até R$ 7 bilhões em 1996. Estes rombos comem as reservas cambiais (onde está estacionada grande parte dos capitais internacionais), são portanto um convite à fuga de capitais, o que poderia provocar uma desvalorização da moeda nacional.

Portanto, além de entregar a soberania nacional, virão ainda mais ataques aos serviços públicos, aos direitos sociais e trabalhistas. Déficit crônico e juros altos são também um convite ao aumento do desemprego. No final de 1996 começa a se desenhar o cenário de 1997 para os trabalhadores.

Nesse quadro é urgente, e já está passando da hora, de os partidos de esquerda, os sindicatos e movimentos sociais como o dos sem-terras formarem uma frente que coloque já nas ruas uma campanha política de oposição pra valer a FHC e seu projeto neoliberal. Por emprego, salário e terra, diga não à reeleição!

CHORAMINGUEIRA

VAI: PODEM FALAR DE VERBAS QUE EU VIM PREPARADO!

FALA O SENHOR PRIMEIRO DA REELEIÇÃO!

OPINIÃO

Não à panacéia

Cyro Garcia,
bancário do Banco do Brasil e ex-candidato a prefeito do Rio de Janeiro pelo PSTU

No momento em que todos festejam a candidatura do Rio para sediar as Olimpíadas de 2004, temos que olhar com desconfiança essa estranha unanimidade. Que o governo e os grandes empresários comemorem, tudo bem, já que estes vislumbram lucros fabulosos. Mas daí a setores da própria esquerda festejarem é no mínimo um equívoco. É evidente que não se trata de estar contra ver de perto, para aqueles que poderão pagar, grandes estrelas do esporte mundial. Mas não se pode compactuar com a panacéia que está se criando com a candidatura da cidade do Rio, como se essa fosse a solução dos problemas da maioria da população (desemprego, baixos salários etc).

Depois das obras de fachada do prefeito César Maia, somos agora bombardeados pela campanha de investimentos de fachada para o Rio 2004. Acontece que não dá para esperar 2004 para resolvermos problemas sociais dramáticos que assolam o país, fruto da cartilha neoliberal que também é moda dos governantes do Rio de Janeiro, Marcello Alencar e César Maia.

A propósito, é bom lembrar a experiência de outros países. É de amplo conhecimento que a Espanha tem uma das maiores taxas de desemprego do continente europeu, passando já dos 20%. E não consta que a realização das Olimpíadas em Barcelona em 1992 tenha colaborado para minimizar esta situação.

Se é assim, então por que tanta festa? Como sempre, essa campanha está a serviço de beneficiar meia dúzia de grandes grupos empresariais que lucrarão milhões, enquanto a miséria crescerá a olhos vistos. Mas quem sabe esses grupos não tentarão esconder a miséria e a violência, tirando os mendigos das ruas e colocando as tropas do Exército, como fizeram na ocasião da Rio-92? E depois, tudo continuará do mesmo jeito.

O Rio precisa de investimentos estruturais para combater o desemprego, a fome e a violência. É preciso aqui um plano de obras públicas que atenda as necessidades reais do povo, com a melhoria de hospitais e escolas. O Rio precisa de saneamento básico, moradia popular, contenção das encostas. Chega de obras e investimentos de fachada.

NÚMEROS

Evolução do déficit público (em % do PIB)

Ano	92	93	94	95	96
Governo federal	-0,8	0	+1,59	-1,71	-1,41
Estados e municípios	-0,8	+0,23	-0,57	-2,41	-2,19
Estatais	-0,61	+00,2	+0,31	-0,87	-0,29
Total	-2,21	+0,25	+1,34	-4,99	-3,88

Fonte: Banco Central

CARTAS

Demissões injustas no Maranhão

O Frigorífico de Bacabal (Fribal) tem utilizado rotineiramente a prática de demitir trabalhadores que se encontram em estado de enfermidade. A Delegacia Regional do Trabalho, através do seu posto localizado na cidade de Bacabal, tem desrespeitado até portaria do próprio Ministério do Trabalho que exige exame no ato da rescisão de contrato.

Além disso, a empresa persegue e demite todo trabalhador que queira participar da organização sindical. São frequentes as ameaças por parte dos chefes e gerentes para que os trabalhadores não participem das assembléias. O mais grave aconteceu quando da eleição suplementar para a diretoria do Sindicato. A empresa demitiu Maria Francisca Lima, Francisco de Assis Azevedo e Laura Rosa de Souza Vieira. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Carne, Laticínios e Derivados do Estado do Maranhão está realizando uma mobilização da categoria, ao mesmo tempo que solicita às entidades comprometidas com os direitos dos trabalhadores que enviem fax ou telegrama para a Justiça de Bacabal aos cuidados da:

Juiza Dra. Clemência Almada Lima, rua Barão de Capanema, nº 258, CEP 65.700-000, centro, Bacabal/MA

Fax (098) 621-2469

Marcos Silva,
de São Luis (MA)

"Avançamos graças às ocupações de terras"

A região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, continua sendo um dos principais focos de luta pela terra e também de tensão social. Foi aí que recentemente se reorganizou a UDR e onde José Rainha, um dos principais dirigentes nacionais do MST e da região do Pontal, sofreu um atentado no último dia 23, provocado por três jagunços da fazenda Santa Rita (uma das áreas que está em disputa) que tentaram jogar o carro onde estava o líder sem terra e dois outros militantes do MST para fora da estrada.

*O **Opinião Socialista** esteve no Pontal, constatou a situação difícil em que vivem milhares de famílias à espera de um assentamento e entrevistou José Rainha, alguns dias antes do atentado.*

Luis Farias

Fazenda Santa Rita é área disputada

Sérgio Koei

José Rainha

Opinião Socialista — Como você avalia a situação atual no Pontal do Paranapanema?

José Rainha — O Movimento Sem Terra conseguiu colocar na ordem-do-dia a questão da Reforma Agrária. Nós temos uma avaliação positiva, porque conseguimos mover a sociedade dessa região; uma sociedade arcaica e reacionária por natureza, já que a origem dessa região é muito latifundista e o conhecimento da luta pela terra não chegava para a sociedade como deveria. Hoje já foram feitas pesquisas nas cidades da região e nós temos 98% de apoio no setor urbano, o que demonstra que a luta que nós desenvolvemos tem alcançado um grande objetivo do movimento, que é colocar a Reforma Agrária como uma luta de todos.

Opinião Socialista — Mas e o ressurgimento da UDR, justamente aqui na região? Eles não têm apoio?

José Rainha — Temos trabalhado essa questão da violência que a UDR desencadeou, com a repressão contra os trabalhadores e contra a sociedade. Nós nos fortalecemos a partir da indignação contra a arrogância, a ignorância e a violência do latifúndio aqui nesta região. Tem um salto grande nesse aspecto da sociedade e, por outro lado, também tem a conquista da terra. São mais de duas mil famílias hoje assentadas, com outros 36 projetos divididos em seis municípios dessa região, e tudo isso graças à luta que nós temos feito de ocupação das terras como forma de conquistar a Reforma Agrária.

> **"Vamos questionar o latifúndio para poder desenvolver a região"**

Opinião Socialista — Como o governo está atuando em relação aos latifundiários?

José Rainha — O governo tem tomado uma posição até que simpática. Quando ele toma a tutela de 30%, embora a estratégia possa estar errada no sentido de manter o trabalhador no lote emergencial, por outro lado há que se ressaltar que é a primeira vez que o Estado intervém contra o latifúndio. Arrecada do latifúndio, juridicamente, 30% da área e começa a promover assentamentos. É lento, mas acho que é um passo positivo que reforça o Movimento Sem Terra no desencadeamento da luta contra o latifúndio.

Opinião Socialista — Houve algum avanço na questão do litígio das terras da região?

José Rainha — O que nós temos conseguido hoje é provar para a sociedade a origem dessas terras. As terras aqui ora são devolutas (não legalizadas ainda), e ora são terras públicas (as que já foram reconhecidas pelo Estado) e essa situação só veio à tona com a luta do Movimento Sem Terra. Diga-se de passagem, as informações que estão chegando de um trabalho que está sendo feito pela Procuradoria do Estado, é que nós podemos ter terras devolutas até Jaú e toda a região de Ourinhos.

Opinião Socialista — O Movimento Sem Terra pretende continuar com a mesma política de ocupações?

José Rainha — O Movimento Sem Terra vai continuar organizando os trabalhadores e fazendo um movimento de massas forte. Vamos passar das ocupações de mil ou duas mil famílias para ocupações de cinco, seis ou dez mil famílias; vamos questionar o latifúndio, transformar o latifúndio em pequenas propriedades e grandes assentamentos para desenvolver economicamente esta região, bem como todo o estado de São Paulo.

> **"A violência só vai acabar no dia em que tiver Reforma Agrária"**

Opinião Socialista — O que você acha que precisa ser feito para acabar com a violência no campo?

José Rainha — A violência só vai acabar no dia em que se fizer a Reforma Agrária no país. O latifúndio é o braço armado no meio rural e só vai ter fim quando realmente for democratizada a propriedade da terra. De resto, nós vamos lutar por justiça no campo, porque hoje não se faz justiça, e sim assassinatos e perseguições. Mas enquanto não mexer na origem do problema, que é a democratização da propriedade da terra, não vai ter fim a violência no campo.

PT cresceu na Grande Porto Alegre

Pedro Santos, de Porto Alegre

O predomínio eleitoral do PT espraiou-se este ano pela região metropolitana de Porto Alegre. Os municípios de Viamão, Gravataí e Alvorada, chefiados durante anos por caudilhos locais abrigados nos partidos burgueses, elegeram candidatos petistas para suas prefeituras já no primeiro turno.

Os partidos burgueses derrotados, sem exceção, atribuíram a vitória ao prestígio das administrações petistas em Porto Alegre. Sem dúvida, esse é um fator decisivo, pois os municípios onde o PT ganhou na grande Porto Alegre são cidades-dormitórios. A maioria de seus habitantes são assalariados que trabalham na capital.

Crise social favoreceu PT

Mas houve outro importante fator: a crise social. Os municípios da grande Porto Alegre concentram cerca de 218 mil desempregados (14% da população economicamente ativa). O governo estadual de Antonio Brito (PMDB) e suas versões municipais (PMDB em Viamão, PTB em Gravataí), comprometidos com o ajuste neoliberal, mostraram-se incapazes de criar empregos. Como consequência, a crise atinge em cheio as prefeituras desses municípios, onde os funcionários ficam meses sem receber.

Parceria com empresários

O programa do PT para esse municípios tem como eixo a implantação do Orçamento Participativo. Os candidatos petistas acenam também com parcerias com os empresários e a busca de investimentos externos. Essas propostas não se diferenciam substancialmente das apresentadas pelos partidos patronais. Se os trabalhadores votaram no PT, foi apesar do seu programa e não em razão dele.

O PSTU nesse municípios chamou o voto nos candidatos do PT, mas manteve durante a campanha uma atitude crítica diante do programa de governo defendido pelos candidatos petistas. Os socialistas propõem agora que o PT constitua um governo independente dos partidos burgueses, apoiado nos sindicatos e nas associações de moradores, e que garanta as necessidades dos trabalhadores através do combate aos lucros e privilégios dos grandes proprietários.

Governo dá início à Reforma Administrativa

Marco Antônio Ribeiro,
da redação

Para a felicidade de FHC e do FMI, a Reforma Administrativa começou a andar. A Comissão da Câmara que estuda o tema aprovou o substitutivo do deputado Moreira Franco (PMDB-RJ) que abre as portas para o fim da estabilidade e liquida a isonomia salarial. Agora, a Comissão discute as emendas ao substitutivo.

O relatório de Moreira Franco permite a demissão de funcionários estáveis se a folha de pagamentos ultrapassar 60% da receita, ou em caso de "insuficiência" do servidor. O relatório também limita o número de funcionários considerados estáveis. De acordo com ele, são estáveis apenas os servidores admitidos até 5 de outubro de 1983 e os concursados.

A proposta que Bresser havia enviado à Câmara era mais ampla em relação à quebra da estabilidade. Mesmo assim o ministro comemorou a aprovação do relatório de Moreira Franco.

O governo, entretanto, não esperou a aprovação do Congresso Nacional para dar início a sua Reforma Administrativa. Lançou um pacotão com Medidas Provisórias (MPs) que eliminam antigos direitos dos servidores federais. E já dá os últimos retoques no seu Plano de Demissões Voluntárias.

Apelando para as medidas provisórias, o governo se vê livre das negociações com os partidos. Nelas o tema da reeleição e as discussões sobre a composição das mesas da Câmara e do Senado sempre vêm à tona, complicando os acordos.

O objetivo de Fernando Henrique e do ministro Bresser Pereira é cortar R$ 2,5 bilhões da folha de pagamento. O governo quer reduzir os gastos com pessoal para diminuir o déficit público. O déficit deve bater em 4% do PIB este ano. O governo já gastou, nos oito primeiros meses do ano, R$ 18,9 bilhões a mais do que arrecadou. No início do ano, o governo previa um déficit de apenas 2,5%.

A explosão dos juros e o dinheiro que o governo desviou para os bancos empurraram o déficit para cima. Ele aumentou ainda mais com os baixos índices inflacionários dos últimos meses. O déficit é calculado descontando o efeito da inflação sobre o tamanho da dívida e os juros pagos. Como a inflação foi baixa, o desconto foi muito pequeno.

Mas ao invés de cortar o mal pela raiz, suspendendo o pagamentos dos juros e cortando o dinheiro para os banqueiros, o governo preferiu descontar nos servidores federais. Para isso conta com o apoio do FMI, favorável ao corte da folha de pagamento.

Sérgio Koei

Reformas tiram direitos dos trabalhadores

Governo prepara privatização dos serviços

Nos próximos dias deve ser divulgada uma nova medida provisória do governo sobre a gestão de hospitais federais, instituições de ensino e pesquisa, museus e parques nacionais. A medida regulamentará a transferência da gestão dessas instituições para a iniciativa privada.

A proposta já fazia parte do esboço de reforma administrativa apresentado pelo ministro Bresser Pereira no ano passado. O governo chama isso de "publicização".

As chamadas "organizações sociais" que passarão a administrar esses órgãos públicos receberão todo o seu patrimônio e servidores. Receberão, também, todo o orçamento original desses órgãos. Os funcionários já existentes permanecerão no regime jurídico único. Mas os novos contratados serão celetistas.

A proposta de Bresser e de FHC é a mesma do PAS de Maluf: a privatização dos serviços públicos. O Conselho Nacional de Saúde do Rio Grande do Sul denunciou o projeto como uma privatização branca (*O Globo*, 24/10/96). O vice-presidente da entidade, Lúcio Barcelos, afirmou que a "publicização" tira a responsabilidade do Estado pela administração direta.

O ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, queria adotar o mesmo mecanismo nas universidades federais. Encontrou a oposição dos reitores que afirmaram curto e grosso: é privatização, sim. (M.A.R.)

Estes são os direitos eliminados pelo pacote de FHC e Bresser

Licença-prêmio

Fim da licença prêmio por assiduidade. No seu lugar é criada a licença capacitação, que será concedida unicamente para o servidor fazer cursos de reciclagem

Dívidas

O teto do desconto mensal em folha de dívidas do servidor com o Tesouro passa de 10% para 25%

Representação sindical

Os servidores licenciados para o exercício de mandato de representação sindical não serão mais remunerados pela União. O número de servidores licenciados também será diminuído

Servidores não-estáveis

Os 55 mil servidores não-estáveis podem ser demitidos. Os exonerados receberão a indenização de um mês de remuneração por ano trabalhado

Vale-alimentação

Fim do vale e incorporação do seu valor ao salário

Ascensão

Fim da ascensão funcional. O funcionário que entrou em uma função de nível médio continuará nela até sua aposentadoria

Aposentadoria

Fim do aumento automático de até 20% para os servidores que se aposentavam

FHC quer liquidar o país para segurar o Real

Mariúcha Fontana,
da redação

O céu ficou cinza para a equipe econômica de FHC. Do lado externo, o México teve sua moeda desvalorizada em 8% frente ao dólar. E a Argentina, além da profunda crise econômica, está às voltas com uma crise política considerável. O último lance foi protagonizado por Cavallo (o ex-ministro da Economia), que aventou a hipótese do presidente Menem não terminar seu mandato.

Mas os problemas não se encontram só lá fora. O déficit da balança comercial brasileira (mais importações que exportações) bateu novo recorde: deve passar de US$ 1 bilhão em outubro (*Gazeta Mercantil*, 29/10/96). O governo projetava o déficit deste ano para US$ 2 bilhões, mas as previsões agora já variam de US$ 5 a 7 bilhões.

Esse esse déficit é pago com dinheiro das chamadas Reservas Internacionais. E a crise mexicana, no final de 1994, quando os capitais fugiram do país de uma hora para outra, levando o país à falência, foi precipitada justamente por isso.

Agregue-se ao déficit na balança comercial, o pagamento dos juros e amortizações da dívida externa, que neste ano chegará na casa dos US$ 25,4 bilhões e a sangria com outras despesas e se vê quantos dólares sairão dos US$ 59 bilhões das Reservas.

Leve-se em conta ainda, que as mesmas são compostas em 80% de capitais especulativos, que estão aqui atrás dos altos juros pagos pelo governo e se entenderá a instabilidade atual e as nuvens negras que se apresentam a médio prazo.

Mas o nervosismo não pára aí. O déficit público também explodiu. O governo prometeu ao FMI que o déficit público (gastos do governo superiores à receita) não ultrapassaria 2,5% do Produto Interno Bruto. Porém, ele já está em cerca de 4% do PIB. O montante do déficit até final de agosto é de R$ 18,8 bilhões. Só no pagamento dos juros reais o governo gastou, até agosto, R$ 18,5 bilhões. (*Jornal do Brasil*, 29/10/96).

Para manter a chamada "âncora cambial" (o valor do real atrelado ao dólar), o governo precisa manter suas reservas em dólar altas. E, para atrair capital externo, o governo paga as maiores taxas de juros do mundo.

Acontece que essa política está significando uma transfusão de sangue às avessas. A valorização do real está tornando os produtos brasileiros muito caros, o que combinado com a abertura comercial (taxas irrisórias para que os produtos estrangeiros entrem no Brasil) tem levado a um crescimento maior das importações em relação às exportações. Aliás, não só isso. Tais produtos têm ganho a concorrência no mercado interno.

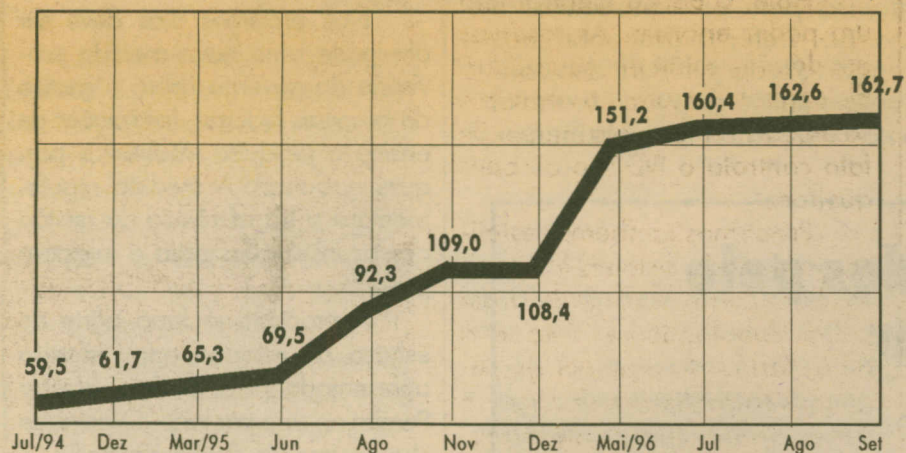
Por outro lado, os altos juros têm levado a uma explosão da dívida interna, a verdadeira vilã do déficit público, junto com o famigerado Proer. Para pagar estes juros o governo tem feito novos empréstimos. Só no ano passado o governo "emprestou" dos bancos R$ 52,7 bilhões e pagou, só de juros, R$ 38,2 bilhões.

Para sustentar essa orgia, na qual quem sai lucrando prá valer são os grandes banqueiros e as grandes multinacionais, quem paga o pato são os trabalhadores.

A evolução da dívida interna federal*

(Em bilhões)

59,5 · 61,7 · 65,3 · 69,5 · 92,3 · 109,0 · 108,4 · 151,2 · 160,4 · 162,6 · 162,7

Jul/94 · Dez · Mar/95 · Jun · Ago · Nov · Dez · Mai/96 · Jul · Ago · Set

(*) Em títulos

Arrocho, desemprego e ataques aos direitos sociais

Para manter o plano real, o governo e os grandes capitalistas precisam aumentar consideravelmente o nível de exploração dos trabalhadores brasileiros.

Para bancar os juros nas alturas e a abertura comercial a qualquer preço e manter um setor lucrando alto e "concorrendo", a receita é a superexploração. Não veio à toa a "desindexação" dos salários.

Segundo o Dieese, neste ano, 40% dos acordos salariais não conseguiram a reposição da inflação. Até o final do ano passado, havia ao menos a reposição da inflação. A patronal não quer repor ao salário o aumento do custo de vida. O acordo de bancários, por exemplo, representou uma perda salarial de 3,14%.

Outro caso ilustrativo é dado pela campanha salarial dos metalúrgicos, na qual a patronal está oferecendo índice zero de aumento, acompanhado de redução em uma série de conquistas arrancadas em outras campanhas.

Além do arrocho generalizado (isso sem falar no arrocho do salário mínimo, em particular), eles precisam atacar as conquistas sociais e trabalhistas.

De cara, no último pacote de FHC já veio um ataque seríssimo à aposentadoria, ao acabar com o vínculo empregatício daqueles que a requeiram. Essa é uma tentativa do governo para forçar os trabalhadores não se aposentem e trabalhem até o final da vida.

Mas há ainda mais ataques no horizonte. No próximo ano eles pretendem fazer a "Reforma Trabalhista". Na Argentina, que já chegou ao fundo do poço, o governo quer rebaixar os salários em 50%, parcelar o décimo terceiro , acabar com o descanso semanal e obrigar a se trabalhar até 30 dias ininterruptos.

Para mostrar serviço e economizar dinheiro para remunerar os banqueiros, o governo abriu o Plano de Demissão Voluntária no funcionalismo e aprovou a Reforma Administrativa na Comissão Especial da Câmara. Tudo isso, em nome do "combate ao déficit público". Mas, na verdade, esses ataques todos são para continuar pagando o maior estimulador do déficit público: os juros da dívida. **(M.F.)**

Vão entregar as "jóias da avó"

Para evitar a desconfiança e fuga de capitais a curto prazo, o governo quer partir para o tudo ou nada nas privatizações.

FHC pretende liquidar o patrimônio público, a preço de banana, para ver se entra dólares para suas reservas. Aliás, como diante do déficit comercial e do déficit público, os capitais externos se mostraram desconfiados, derrubando os títulos emitidos pelo governo no exterior, FHC embutiu no seu último pacote uma cláusula que amarra as receitas das privatizações ao abatimento da dívida.

Além de seguir com a entrega do setor elétrico, o grande trunfo imediato é a privatização da Vale do Rio Doce (prevista para janeiro).

A Vale do Rio Doce, segundo uma avaliação feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento vale US$ 10 bilhões. Já segundo uma consultoria norte-americana, seu valor é US$ 16 bilhões. Mas, na verdade, deve valer muito mais que tudo isso. A estatal acaba de descobrir uma nova jazida no Pará, que pode ter 300 toneladas de ouro (US$ 3,6 bilhões).

Mas não para por aí, o governo pretende privatizar 31 portos, a Telebrás e a Eletrobrás (empresas altamente lucrativas) e regulamentar a quebra do monopólio do petróleo.

Essas privatizações vão significar entrega de setores chaves da economia ao capital internacional - só no caso da Vale e só em minério de ferro, são 500 anos de reservas estimadas. Também vão significar aumento de tarifas para o povo, como no caso da energia elétrica - a Light e a Escelsa aumentaram em 6% a tarifa de luz este mês, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo (estas são as tarifas mais altas do país). **(M.F.)**

Por um plano econômico dos trabalhadores contra o FMI

Não há acabar com a miséria que atinge milhões no nosso país, pagando US$ 25 bilhões por ano de serviços da dívida externa aos agiotas internacionais e mais de US$ 20 bilhões de juros da dívida interna.

Bem como não é possível resolver nenhum dos graves problemas do povo, salvando os banqueiros falidos com somas astronômicas, de mais de R$ 15 bilhões. É preciso parar essa sangria já.

O PSTU propõe que não se pague mais um tostão da dívida externa e que não se pague a dívida interna aos grandes monopólios.

Também é preciso acabar imediatamente com o Proer e exigir a devolução imediata desse dinheiro ao Tesouro que, só no caso do Econômico e do Nacional, corresponde a R$ 15 bilhões.

Além disso exigimos a demissão de toda a diretoria do Banco Central. Seu presidente deve ser um funcionário concursado, eleito pelos funcionários e sob o controle dos trabalhadores, a começar dos sindicatos de bancários.

Hoje, o Banco Central tem um poder enorme. As reservas em dólares estão em seu poder. Ele controla os juros, o câmbio e os demais bancos. Mas quem de fato controla o BC são os banqueiros.

Propomos também a estatização de todo sistema financeiro, bem como o controle deste pelos trabalhadores. Esta é a única forma de proteger os pequenos correntistas e financiar o desenvolvimento do país. É preciso garantir crédito barato para os pequenos e médios produtores, financiar a construção de escolas, casas populares, creches, estradas.

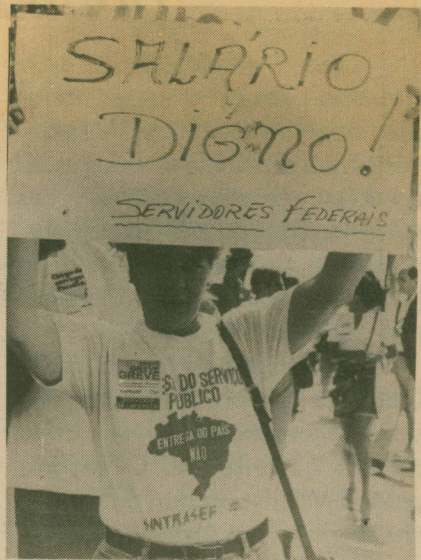
Só assim será possível evitar a fuga de divisas do país e inverter a especulação desenfreada com os altos juros, que acaba concentrando nas mãos dos banqueiros parte significativa de tudo o que o país produz. Os bancos, que não produzem coisa alguma, como uma esponja, sugam as riquezas que os trabalhadores produzem.

É preciso também criar um imposto fortemente progressivo, que taxe as grandes indústrias, os bancos, o latifúndio e o grande comércio.

Ao mesmo tempo dizemos não às privatizações e queremos a reestatização, sem indenização, de todas as estatais privatizadas.

Não às Reformas de FHC. Não ao projeto neoliberal.

Queremos emprego, salário e terra.

Essas medidas, elementares para que o Brasil seja um país para maioria, ou seja, para os trabalhadores e pobres, só podem ser realizadas contra os ricos e por um governo dos trabalhadores. (M.F.)

6 de novembro é dia de luta

No dia 6 de novembro entram em greve os metalúrgicos do ABC e de São Paulo que além de exigirem aumento salarial também estão em luta contra o desemprego.

Este dia de luta deve envolver também outras categorias em campanha: estatais (Correios, Telefônicos e Petroleiros) e o funcionalismo público, que está em luta contra o pacote de Fernando Henrique e contra a Reforma Administrativa.

Por emprego, salário, terra e contra o pacote e as Reformas de FHC é preciso construir esse dia de luta unificado e ganhar as ruas contra o governo.

Contra FHC e seu projeto neoliberal é preciso dar continuidade à mobilização unificada. É preciso seguir o exemplo dos trabalhadores argentinos.

É preciso também, botar na rua uma campanha contra a reeleição. **(M.F.)**

SÃO PAULO *Falta de investimento gera caos no transporte ferroviário*

Sucateamento dos trens revolta a população

Clara Paulino,
da redação

Na segunda quinzena de outubro, usuários do sistema de trens urbanos em São Paulo, cansados dos atrasos e da falta de segurança, depredaram e incendiaram oito estações da região oeste da Grande São Paulo. Uma semana depois foi a vez de usuários incendiaram três vagões da Linha Leste.

As cinco linhas ferroviárias da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) cortam 22 municípios da Grande São Paulo e atendem, diariamente, cerca de 800 mil passageiros. A frota da Companhia é de 292 composições, mas apenas 186 estão funcionando. Os trens têm em média 20 anos. Há quatro meses um trecho de quatro quilômetros, de uma das cinco linhas, está sem nenhuma sinalização de segurança. Os equipamentos de rádio são da década de 60. Cerca de 70% dos trens estão com os velocímetros quebrados e os maquinistas acabam controlando a velocidade no "olhômetro".

Para milhares de trabalhadores das regiões metropolitanas mais periféricas de São Paulo, os trens da CPTM, mesmo nessas condições, são praticamente o único meio de transporte que possuem. Segundo pesquisa semestral realizada pela Associação Nacional de Transporte Públicos, a CPTM presta o pior serviço público do Brasil.

Ciete Silvério

Trem incendiado numa das revoltas contra o péssimo serviço

Trabalhadores são os mais prejudicados

Com a circulação dos trens suspensa por quatro meses na região onde ocorreram as depredações, mais de 60 mil usuários estão sendo prejudicados. Essas estações estão localizadas em cidades-dormitórios e a maioria de seus habitantes não recebem nem três salários mínimos mensais.

A passagem do trem custa R$ 0,80 e a dos poucos ônibus que circulam nessas localidades custa entre R$ 1,20 e R$ 1,40. O ajudante geral E.M.S., morador de Franco da Rocha, município da Grande São Paulo atingido pela falta dos trens, trabalha no centro de São Paulo e ganha, por mês, R$ 230. Com a interdição da estação, E.M.S. está gastando, com transporte diário, R$ 8,40 e levando quase duas horas para chegar ao serviço.

Em 22 de outubro, moradores das regiões afetadas pela interdição das estações, dirigentes sindicais, parlamentares de partidos de esquerda e integrantes do Movimento de Defesa dos Direitos dos Ferroviários realizaram protesto,contra a falta de trens, em frente à Secretaria dos Transportes de São Paulo. Em Franco da Rocha, no dia 25 de outubro foi realizada também uma manifestação no centro da cidade para exigir empenho maior da prefeitura na solução do problema. Um dos líderes do movimento em Franco da Rocha e militante do *PSTU*, Cristiano Monteiro da Silva, nos conta que a população está indignada e que pode ocorrer radicalização. *"Faremos nova manifestação na quinta, 31 de outubro, em frente à Secretaria dos Transportes e dessa vez com muito mais gente"*, declara. (C.P.)

Foi esse caos diário o estopim da revolta dos usuários desse transporte. A direção da CPTM e o governo estadual, no entanto, estão tentando se eximir de qualquer responsabilidade e culpando os maquinistas e os operadores da Companhia de serem os causadores da revolta dos passageiros. Além disso, interditaram as estações na região onde ocorreram os distúrbios por quatro meses.

Operação padrão dos ferroviários reduziu os acidentes diários

Para exigir mais segurança e melhores condições salariais, maquinistas e operadores iniciaram, em 30 de setembro, uma operação-padrão. Eles tiraram de circulação todos os trens que não estavam de acordo com as normas da própria CPTM.

Segundo o coordenador do Movimento de Defesa dos Direitos dos Ferroviários, José Antonio Honório, a operação padrão reduziu o número de acidentes diários de oito para três. Ele explica que as péssimas condições dos trens e de toda a ferrovia ocasionaram 635 acidentes em 1995, dos quais 165 com vítimas fatais.

Outro integrante do Movimento, Mário Júlio, declara que há notícias de que a direção da CPTM recebeu um empréstimo, feito junto ao Banco Mundial, mas que esse dinheiro não foi utilizado para recuperar as linhas ferroviárias. "*Num país continental como o nosso, o governo deveria investir em transporte coletivo ferroviário. No entanto, parece querer desativar as precárias linhas existentes*", denúncia.

Mário diz que há condições para os trens voltarem a circular em menos de uma semana. Para ele, a direção da CPTM e o governo só querem manter as estações desativadas para punir os usuários e usar como exemplo contra futuras revoltas.

Movimento faz oposição a pelego

O Movimento de Defesa dos Direitos dos Ferroviários é composto por cerca de 800 maquinistas e operadores que fazem oposição a atual diretoria do Sindicato dos Ferroviários, controlado por funcionários administrativos e aliados à direção da CPTM.

O sindicato é presidido, há décadas, pelo ex-deputado federal Mendes Botelho (PTB). O último acordo coletivo feito entre o sindicato e a CPTM prejudicou a maioria da categoria. Através do acordo, os ferroviários receberam um reajuste salarial de apenas 4,4% e tiveram a jornada de trabalho aumentada de 36 para 42 horas semanais.

Os integrantes do Movimento de Defesa dos Direitos dos Ferroviários acusam a gestão de Botelho de também ter mudado a data-base da categoria, que era em maio e passou para janeiro, sem consultar a categoria. *"Em maio, outras categorias do transporte, como metroviários e rodoviários, têm data-base, a unidade com esses trabalhadores aumentava o poder de pressão sobre os patrões. O presidente do sindicato mudou a data-base para impedir essa unidade e para beneficiar o lado patronal"*, esclarecem. **(C.P.)**

Nosso programa é um ponto de referência

Martiniano Cavalcanti, teve a melhor votação entre os candidatos do partido às prefeituras. Em Goiânia, o ***PSTU*** *estava coligado com o PSB e PV. Ele nos conta como foi a campanha eleitoral, faz a sua avaliação, fala da posição do partido no 2º turno e das próximas atividades do* ***PSTU****.*

Opinião Socialista — Quais foram e como você analisa os resultados eleitorais do PSTU em Goiânia?

Martiniano — Nós obtivemos uma votação muito expressiva. Quase atingimos o coeficiente eleitoral (cerca de 14.000 votos) e por uma diferença de aproximadamente 1.000 votos, deixamos de eleger um vereador.

Na eleição para a prefeitura, recebemos 2,31% dos votos, numa disputa extremamente acirrada, na qual prevaleceu a tese do voto útil. É preciso lembrar que o candidato do PT não foi para o 2º turno, porque perdeu para o PMDB por uma diferença de aproximadamente 1%, ou seja, a metade dos votos que recebemos.

Numa situação de grande polarização como a que ocorreu aqui, foi sem dúvida uma grande vitória a consolidação do voto de mais de 10 mil pessoas. Mas a nossa vitória política foi muito superior ao resultado eleitoral. O programa de governo do **PSTU**, foi a grande novidade da campanha eleitoral em Goiânia, gerou debates, polêmicas e tornou-se ponto de referência.

Opinião Socialista — Por que o PT perdeu a prefeitura de Goiânia?

Martiniano — Não é fácil, nem simples, identificar todos os motivos da derrota do PT. Mas, é possível destacar os dois mais importantes. O primeiro, foi a completa ruptura com o movimento social organizado. O ânimo da militância petista "secou", porque o partido que impulsionava, estimulava e organizava as lutas populares, transformou-se em poder opressivo e repressivo. Os índices de popularidade obtidos através da manipulação econômica da mídia, via inauguração de obras, nunca poderiam se repetir entre funcionários públicos arrochados e reprimidos, entre os sem-terras e pequenos proprietários, e particularmente na juventude e na intelectualidade.

Marlene Fernades

Martiniano destaca vitória política

Opinião Socialista — Mas tradicionalmente o PT não era a principal oposição a Íris Resende?

Martiniano — Aí que está, era. Este é o segundo motivo. Houve um deslocamento político do PT e do prefeito Darci Accorsi. Desde 1985, o PT recebeu nas eleições municipais expressivas votações em oposição a Íris Resende e seu poder imperial no estado de Goiás. Mas o PT na prefeitura traiu o desejo da massa goianiense e aliou-se a Iris Rezende e o seu decadente PMDB.

O PT degenerou ideologicamente e em consequência disso vive a descaracterização política e orgânica. Apoiando o candidato do PMDB no 2º turno, o "staff" da prefeitura luta para manter algum aparato capaz de sustentar financeiramente o seu pequeno exército de burocratas e ao mesmo tempo, permitir a continuidade do controle fisiológico que exercem sobre o PT.

PSTU indicará voto nulo no 2º turno

Em Goiânia, muitos petistas que não aceitam a aliança entre o PMDB de Íris Resende e o prefeito petista Darci Acorsi, apoiarão o candidato do PSDB-PFL-PPB. Mas o PSTU não tem qualquer tipo de hesitação, Martiniano disse que: *"votaremos nulo no 2º turno e procuraremos ampliar nossa ação com vários companheiros do PT que também votarão nulo. Estaremos no movimento social, desmascarando os dois candidatos burgueses".*

Em relação aos próximos passos e atividades que o partido irá desenvolver em Goiânia, o ex-candidato do PSTU destacou que *"procuraremos organizar um movimento baseado no programa que defendemos nas eleições. Ou seja, defendendo um caráter classista na luta contra o desemprego, através de mobilizações de massa; lutar pela autonomia popular nos conselhos de educação, saúde, cultura e transportes, além de manter intransigente oposição a FHC, ao governo estadual e ao próximo governo do município".*

Dessa forma, Martiniano acredita que o PSTU estará se fortalecendo junto ao movimento social organizado, aproveitando também o espaço para a *"divulgação de nossas idéias e propostas pelo jornal do nosso partido e a ampliação da nossa militância, com todos aqueles que nos apoiaram nestas eleições e nas lutas".*

CAMPANHA

Advogado é assassinado em Natal

Claudemir de Souza,
de Natal (RN)

O advogado do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular do Rio Grande do Norte (CDHMP-RN), Gilson Nogueira, foi assassinado quando chegava em sua residência, na madrugada do domingo, dia 20 de outubro, no município de Macaíba, vizinho a Natal. Ele estava acompanhado de uma amiga que escapou ilesa e é a principal testemunha. Três pistoleiros dispararam 17 tiros de fuzil, sendo três fatais. Gilson Nogueira era natural de Macaíba, formou-se em Direito na PUC-SP e desde março de 1995 atuava como advogado do CDHMP-RN.

O advogado defendia na justiça vítimas de violência policial e era assistente do Ministério Público nos processos que apuram a existência de um grupo de extermínio, conhecido como "Meninos-de-ouro" e que seria comandado pelo secretário-adjunto da Secretaria de Segurança Pública, Maurílio Pinto de Medeiros.

Morte anunciada

Gilson Nogueira era ameaçado de morte desde a chacina de Mãe Natal, março de 1995. Na época, o CDHMP solicitou garantia de vida para o advogado. Por ordem do chefe de gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori, o delegado da PF Hider Antunes suspendeu a proteção policial, três meses antes da morte do advogado.

Segundo Roberto Monte, coordenador do CDHMP-RN, "o governador Garibaldi Filho e sua equipe estão sob suspeita, uma vez que se recusaram a exonerar os suspeitos, retiraram a proteção policial de Gilson e de outros integrantes do Natal e mantiveram no cargo o Secretário-Adjunto Maurílio Pinto de Medeiros".

Entidades de direitos humanos a nível internacional, como a Anistia Internacional, junto com o CDHMP-RN, exigem o afastamento imediato do Secretária-Adjunto Maurílio Pinto de Medeiros, o Fleury Potiguar.

Solicitamos o envio de fax exigindo a apuração deste crime para:

Governador Garibaldi Alves Filho
Fax: (084) 206-4661
Ministro da Justiça Nelson Jobim
Fax: (061) 321-1565
Secretário de Segurança Pública
Cel. Sebastião Américo de Souza
Fax: (084) 221-9538
Cópias para Centro de Direitos Humanos e Memória Popular
Fax: (084) 221-2497

NICARÁGUA *Ex-líder da juventude somozista foi eleito presidente*

Sandinistas perderam de novo as eleições

Wilson H. da Silva,
da redação

Tudo indica que o advogado e fazendeiro de café Arnaldo Alemán, da ultra-direitista Aliança Liberal(AL), é o novo presidente da Nicarágua. Apesar de que o resultado oficial só será divulgado em duas semanas devido a denúncias de fraudes. Alemán tinha 49% dos 85% dos votos apurados, dez pontos percentais acima de Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Alemán foi um ardoroso defensor do regime de Anastácio Somoza, derrubado pelas revolução sandinista em 1979, tendo inclusive, dirigido a Juventude Somozista. Devido suas atividades em defesa do ditador, Alemán chegou a cumprir sete meses de prisão (a pena era de sete anos), no início da revolução.

Em 1990, quando foi prefeito biônico de Manágua, a capital, ele *"demitiu centenas de funcionários públicos que pertenciam aos quadros da FSLN, retirou todos os cartazes revolucionários dos muros da cidade e cortou o gás da lâmpada votiva ao pé do túmulo de Carlos Fonseca, fundador da FSLN"* (*O Globo*, 22/10/96).

A. Alemán

Sua campanha foi parcialmente financiada pela antiga oligarquia somozista, hoje exilada em Miami, e explicitamente apoiada pelo governo Clinton. Além de Ortega e Alemán, concorreram outros 21 candidatos à presidência e também foram eleitos os novos membros do poder legislativo (onde a AL deve ter 40 deputados, o que não lhe garante a maioria absoluta, e a FSLN, 35).

A derrota de Ortega se deve em grande parte ao fato de que a FSLN se diferenciou muito pouco do programa apresentado por Alemán. Daniel Ortega e seu candidato a vice (seu irmão Humberto, ex-chefe do Exército sandinista) renegaram tudo o que sobrou do programa do movimento que tomou o poder em 1979. O ex-vice presidente Sérgio Ramriez, hoje dirigente de uma facção da Frente Sandinista denominada Movimento Renovador, chamou o programa de Ortega de um *"strip-tease ideológico"*.

Ortega chegou a oferecer ministério para os "contras"

Entre outras coisas, Ortega passou a defender abertamente, sem meias palavras ou fraseologia de esquerda, o mercado capitalista, as boas relações com a Igreja Católica e com os Estados Unidos. De quebra, defendeu um acordo com os "contras" (os soldados que, treinados pela CIA, lutaram contra seu governo durante quase toda a década de 80), e chegou a prometer o Ministério do Interior para um deles.

Prometendo manter o receituário do FMI que está sendo implementado pela atual presidente, Violeta Chamorro, Ortega afirmou que iria promover um *"um governo para todos"*, *"respeitando os princípios básicos da economia de mercado"* e apoiando-se basicamente na iniciativa privada. Além disso em seu programa, a FSLN defende a *"redução dos gastos públicos e a racionalização administrativa"* e a devolução dos títulos ou pagamento de indenizações para os proprietários das terras e empresas que foram confiscadas depois de 1979.

D. Ortega

FSLN saqueou o Estado

Durante a campanha, Alemán se beneficiou bastante das inúmeras e lamentáveis denúncias de corrupção que cercam os dirigente da FSLN e demonstram o grau de degeneração moral e política que atingiu os líderes da revolução nicaraguense.

Nos meses entre a eleição de Violeta Chamorro e sua posse, em 1990, Ortega e outros membros do governo sandinista literalmente saquearam o Estado através da "privatização" de centenas de propriedades e empresas que haviam sido confiscadas e estatizadas na época da revolução.

Esses bens, como a mansão em que Ortega mora, foram divididos entre eles com tal descaramento que o episódio virou piada nacional sendo chamado de *La Piñata*, em alusão à tradição mexicana de distribuir presentes entre os convidados no final de uma festa infantil.

Se isso não bastasse, muitos dos dirigentes históricos do sandinismo, como Tomás Borges, têm ligações com Carlos Salinas, expresidente mexicano, atualmente vivendo num exílio forçado e com seu irmão Raúl, que se encontra preso, acusado de enriquecimento ilícito e envolvimento no assassinato de um dirigente do Partido Revolucionário Institucional do México. (W.H.S.)

Nicarágua é um país miserável

Hoje a Nicarágua é o país mais pobre de toda a América Latina e o segundo do Hemisfério Ocidental, ficando atrás apenas do Haiti. Os números da miséria nicaragueses são dramáticos. Mais de 53% da população economicamente ativa está desempregada. Essa mesma parcela também se refere aos jovens entre 14 e 24 anos que estão fora das escolas. 75% da população vive em estado de pobreza e "os que estão empregados ganham um salário de miséria: um médico ganha R$ 100 e uma enfermeira recebe entre R$ 50 e R$ 60" (O Globo, 22/10/96).

Criminalidade

Com o aumento da miséria, também cresceu a criminalidade. Desde 1989 o número de crimes dobrou. Também de 1989 para cá o "fenômeno" das gangues, típico das grandes metrópoles, chegou com força na minúscula Manágua. A gravidade da situação foi resumida por um jovem de 16 anos, membro de um dos 66 grupos que existem na capital: "Não há emprego, não se tem dinheiro. Não há nada para fazer a não ser brigar e beber" (Jornal do Brasil, 20/10/96).

Crise há décadas

São antigos os antecedentes dessa miséria. Em primeiro lugar vem a dinastia Somoza que, desde a década de 30, saqueou o país, transformando em um "quintal miserável" para os interesses norte-americanos.

Contudo, ao tomarem o poder em 1979, os sandinistas recusaram-se a expropriar toda a burguesia, a romper com o capitalismo (inventaram a tal economia mista) e a impulsionar um processo revolucionário para todo o continente. Dessa forma, contribuíram para que as conquistas da revolução (como a reforma agrária nas terras de Somoza) retrocedessem. Violeta Chamorro, eleita em 1990, deu a martelada final. Somente nos três primeiros anos de seu governo, o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante caiu de US$ 473,2 para US$ 435,4 e continua despencando.

Revolução foi traída pela direção da FSLN

Wilson H. da Silva, da redação

Em 19 de julho de 1979, uma enorme massa de trabalhadores e jovens tomaram as ruas de Manágua para comemorar a entrada na cidade da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e a derrubada do ditador Anastácio Somoza. A insurreição popular que varrera a Nicarágua durante anos chegava à vitória.

Onze anos depois, quando Violeta Chamorro e sua União Nacional de Oposição (UNO), apoiados pelo imperialismo norte-americano e pela burguesia local, derrotaram a FSLN nas eleições presidenciais, muitos foram aqueles que, entre perplexos e indignados, se perguntaram sobre o que afinal havia dado errado no país.

Hoje, quando Arnaldo Alemán, um somozista histórico, retorna ao poder na Nicarágua não é de se estranhar que a indignação seja ainda maior. Muitos podem ser os que acreditem que as sucessivas derrotas do sandinismo podem indicar que a população da Nicarágua, a cada eleição que passa, opta por setores mais e mais à direita. Achamos que isso é um grave erro.

Em junho de 1990, a ***Liga Internacional dos Trabalhadores***, organização com a qual o **PSTU**, hoje, mantém relações fraternais, publicou uma edição especial do *Correio Internacional* fazendo um "balanço" do processo nicaraguense.

Uma frase que abria aquela publicação continua extremamente atual: *"Não podemos jogar a culpa dessa votação aberrante nas sofridas e heróicas massas: depois de acabar com Somoza e esmagar os "contras", elas não se tornaram repentinamente pró-imperialistas e contra-revolucionárias. Elas não capitularam nem traíram sua própria luta. É preciso buscar as causas em outro lado. E nos parece que elas estão na política seguida pela direção da FSLN".*

Arquivo

Juventude que saiu às ruas em 1979 foi traída pela FSLN

Nos onze anos do governo de Daniel Ortega, entre 1979 e 1990, a FSLN freou o processo revolucionário através da adoção de uma suposta "economia mista" que nada mais significava do que a manutenção do capitalismo, da propriedade privada e o incentivo aos lucros da burguesia nicaraguense.

Desde o início, a FSLN, aplicou uma política de incentivo ao setor agroexportador, concedendo um incentivo, em dólares, de 25% para suas exportações. A partir de 1988, a Frente adotou um "plano antiinflacionário" que seguia à risca as receitas formuladas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre outras medidas, esse plano provocou a demissão de 30 mil funcionários públicos e de outros tantos milhares no setor privado.

Junto com seu projeto econômico, a FSLN assinou uma série de pactos com o imperialismo que em muito contribuiram para a derrota da revolução nos demais países centro-americanos, um fator fundamental para o avanço da revolução dentro da própria Nicarágua. Esses planos, diga-se de passagem, foram diretamente apoiados por Fidel Castro e, hoje, fazem com que os cubanos também paguem um alto preço pelo isolamento de Cuba.

Entre esses, um dos mais importantes foi o *Acordo da Costa Rica*, que, em 1989, pregava *"uma condenação enérgica às ações armadas e terroristas realizadas pelas forças irregulares"* (ou seja, as guerrilhas, como a Frente Farabundo Martí, de El Salvador contra uma ditadura assassina).

A combinação desses dois fatores não só impediu o avanço da revolução, como também condenou a população nicaraguense a mais miséria e sofrimento, aumentados pela ação dos "contras", patrocinados pelos Estados Unidos, sob a proteção dos países com os quais a FSLN "negociava". O caminho para a derrota da revolução estava aberto.

Construir outra alternativa

A Frente Sandinista de Libertação Nacional é a principal responsável não só por suas sucessivas derrotas eleitorais, mas também, e principalmente, pela destruição da revolução nicaraguense.

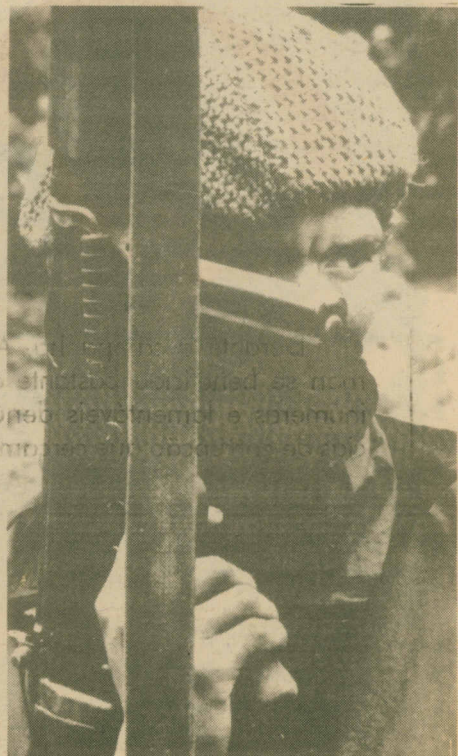
Seu projeto econômico aprofundou a miséria e permitiu que a burguesia se organizasse para a retomada do poder.

Seus acordos políticos abriram as portas para a entrada dos "contras" ao mesmo tempo em que ajudaram a frear a revolução na América Central. Mas isso poderia ter sido diferente.

Durante o processo revolucionário um grupo de militantes trotskistas sul-americanos, a Brigada Simón Bolívar, lutou em solo nicaraguense em defesa da revolução. Vários deles morreram. Mas, por defenderem a mais ampla organização sindical, a tomada das terras, a expansão da revolução, a organização de milícias e por fazerem críticas à FSLN, os brigadistas foram expulsos em agosto de 1979.

Ao expulsá-los, a FSLN tentou calar uma voz que, hoje, mais do que nunca, se faz necessária dentro da Nicarágua.

Uma voz que diga em alto e bom som que a única forma de retomar o processo revolucionário, derrotar a burguesia e avançar na revolução centro-americana é através da construção de uma alternativa classista, independente da burguesia e que não perca de vista a estratégia de ruptura com imperialismo e o capital.

Esta é uma lição que nicaraguenses, infelizmente, estão aprendendo da forma mais dura.

As sujeiras do imperialismo: os "contras"

Nos anos oitenta, os Estados Unidos promoveram uma agressão militar contra a revolução nicaraguense. Financiados pela CIA, milhares de "contras" invadiram constantemente o país provocando a morte de mais de 50 mil pessoas e um prejuízo de US$ 17 milhões em bens destruídos, gastos militares e perdas pelo bloqueio econômico.

Os "contras" fizeram parte de uma das operações mais sujas já movidas pelos Estados Unidos. Hoje se sabe que o dinheiro para financiá-los foi obtido através do contrabando de armas para o Irã e recentemente surgiram indícios de que, com o mesmo fim, a CIA patrocinou a introdução do tráfico de *crack* no guetos negros de Nova York. Tudo com a benção da Casa Branca.

CAMPANHA

Liberdade para os presos políticos argentinos

Fernado de Franca

Faixa pede liberdade dos socialistas em manifestação durante a última Greve Geral na Argentina

No dia 11 de novembro será realizado em Neuquen, na Argentina, o julgamento dos dirigentes da Coordenação de Desempregados, Alcides Christiansen, Horacio Panario, Basilio Estrada e todos os líderes perseguidos pela "justiça" após as mobilizações realizadas nessa província em 1995. O delito que cometeram foi terem participado das mobilizações contra o desemprego e pelo pagamento do subsídio aos desempregados. Alcides e Horacio são militantes do **Movimento ao Socialismo (MAS)**, partido com o qual o **PSTU** mantém relações fraternais.

Já há quase um ano está sendo realizada uma campanha internacional, organizada pela Liga Internacional dos Trabalhadores, exigindo a liberdade desses companheiros. Conseguimos milhares de assinaturas e declarações em diversos países do mundo.

Agora, faltam poucos dias para o julgamento. A intenção da justiça argentina e do governo é de condená-los com penas que podem ir de 5 a 10 anos de prisão. A acusação que pesa sobre os companheiros é a de "coerção agravada". Este delito significa que "funcionários do governo foram pressionados para tomarem uma decisão". Essa acusação pode assentar um perigoso precedente contra todo o movimento e luta dos trabalhadores nesse país.

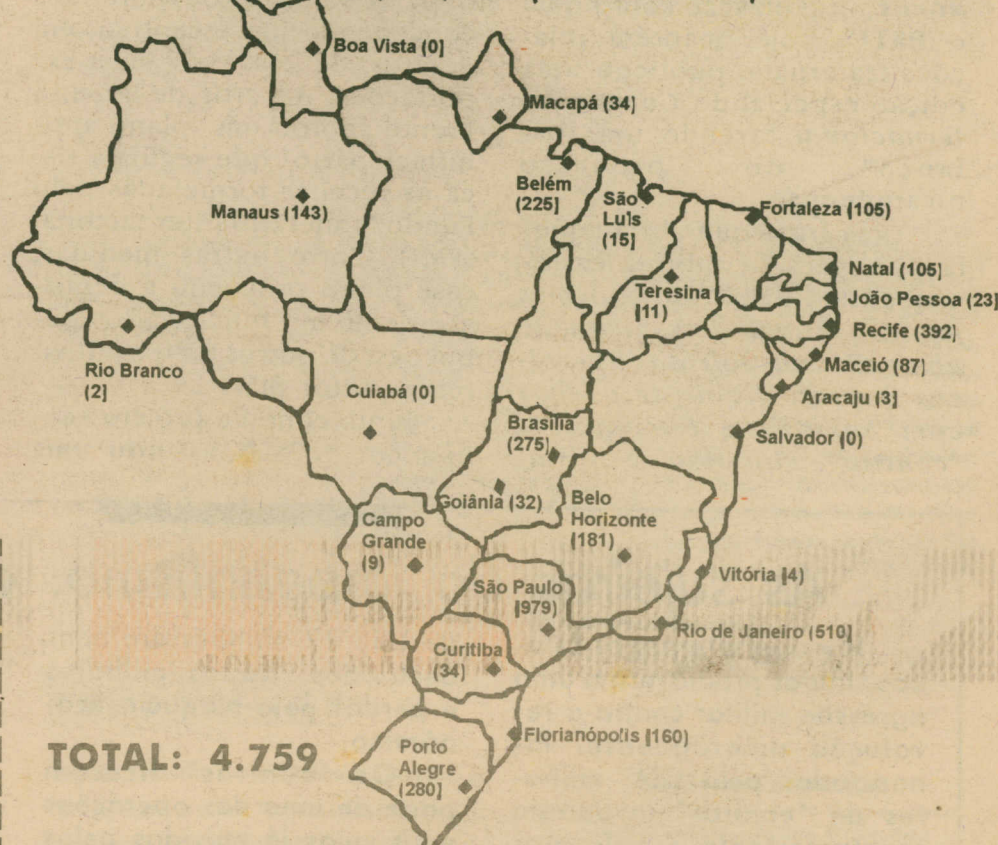
É óbvio que a acusação de "coerção agravada" com 5 a 10 anos de prisão não se justifica por uma mobilização, isto é um explícito ataque às liberdades democráticas dos trabalhadores. Esse julgamento não é um caso isolado, é parte dos inúmeros processos contra trabalhadores que ousaram enfrentar o plano neoliberal de Menem.

No dia 8 de novembro estaremos realizando atos de protesto nos consulados argentinos no Brasil e nas embaixadas em diferentes capitais do mundo. Tal como fizemos no dia 12 de junho passado, queremos repetir os atos realizados em São Paulo, Madri, Londres, Atenas, Bruxelas, Cidade do México, Caracas, Assunção, La Paz. Mais uma vez, iremos às ruas manifestar o nosso repúdio a essa absurda perseguição.

Também estamos organizando uma delegação internacional para viajar a Neuquen no dia do julgamento dos companheiros. Essa delegação contará com um membro da direção nacional da CUT e, se possível, alguns parlamentares da esquerda brasileira e dirigentes sindicais.

O **PSTU** conclama todos os partidos de esquerda e democráticos, os sindicatos dos trabalhadores e estudantes, as entidades democráticas a estarem presentes nos atos do dia 8 para manifestarmos nosso repúdio e pressionarmos as instituições argentinas a libertarem os dirigentes operários presos.

Mapa das assinaturas

até 29/10/96 (em números)

São Paulo (interior): ABC (129), São José (222), Barra Bonita (6), Santos (15), São José do Rio Preto (30), Bauru (63), Araraquara (3), Ribeirão Preto (29), Campinas (75), São Carlos (22), Rio Claro (26), Guarulhos (38), Jundiaí (19), Equipe do jornal (27) RJ (interior)Baixada (7) Volta Redonda (12) Friburgo (9) Niterói (26) Rio Grande do Sul (interior):Rio Grande (1) Passo Fundo (104), São Leopoldo (97), Santa Maria (11) Alegrete (3) Minas Gerais (interior): J.Monlevade (1) Timóteo (30), Ouro Preto (12), S.J. Del Rei (8), Juiz de Fora (42) Patos de Minas (4) Paraná (interior): Foz (1) Maringá (14) Ceará (interior): Barbalha (5) Juazeiro (31) Bahia (interior): Feira de Santana (2) Alagoinhas (18) Mato Grosso do Sul (interior): Corumbá (8) Paraíba: Campina Grande (1) Santa Catarina (interior) Itajaí (3) (TO) Gurupi (1) (MA) Timon (6)